



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE

BENAVENTE — PRIMEIRA REVISÃO —

MARÇO 2015

RELATÓRIO **3**

PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

[DISPOSIÇÕES INDICATIVAS PARA A EXECUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO
DE MEIOS DE FINANCIAMENTO DISPONÍVEIS]

CONSULTAR

PLANTA 1A E 1B - ORDENAMENTO

PLANTA 3A E 3B - ORDENAMENTO – UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E DE GESTÃO



Os trabalhos para a elaboração do processo de revisão do Plano Director Municipal de Benavente decorreram entre 2004 e 2015 na ***DIVISÃO MUNICIPAL DE OBRAS PARTICULARES, PLANEAMENTO URBANÍSTICO E DESENVOLVIMENTO – DMOPPUD*** da Câmara Municipal de BENAVENTE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE e a DMOPPUD contaram, neste período, com a colaboração e apoio técnico das Empresas ***VENTURA DA CRUZ Planeamento Lda.*** que viria, neste percurso, a fundir-se e a originar a ***SÍNTESE Consultoria em Planeamento Lda.***

ÍNDICE

CAPÍTULO 1_ REFLEXÃO INTRODUTÓRIA

1_	ESTRATÉGIA, A REALIDADE E O RITMO DAS MUDANÇAS	2
2_	PLANO DE ESPERA E PLANOS DE ACÇÃO E OS NOVOS DESAFIOS	3
3_	FILOSOFIAS PARA A GESTÃO	6

CAPÍTULO 2_ PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO

1_	ENQUADRAMENTO	11
2_	PROGRAMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO.....	14
1_	INFRAESTRUTURAS	20
2_	EQUIPAMENTOS E ASSOCIATIVISMO	21
3_	REDE VIÁRIA	22
4_	REABILITAÇÃO URBANA E ESPAÇO PÚBLICOS.....	23
5_	TURISMO E LAZER	24
6_	GOVERNANÇA E CIDADANIA	25
7_	UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E DE GESTÃO	26
8_	SINTESE DAS INTERVENÇÕES PROGRAMADAS	27

CAPÍTULO 1_ REFLEXÃO INTRODUTÓRIA

1_ ESTRATÉGIA, A REALIDADE E O RITMO DAS MUDANÇAS

Na construção do discurso e mesmo de uma estratégia, poderemos encontrar um novo sentido e uma nova ambição para o “estado das coisas”. Representam, discurso e estratégia, uma vontade operativa de acção e mesmo de mudança e, neles poderemos ver e imaginar um futuro que a todos os momentos se deseja diferente. A ambição e as expectativas contidas numa estratégia, sugerem sempre tempos e dinâmicas de transformação mais optimistas que os permitidos pela realidade. E é nesse jogo entre tempos ambicionados e os reais que as dinâmicas vão produzindo mudanças e estas, progressivamente, vão desenhando territórios e realidades diferentes.

É evidente que a estratégia para Benavente é ambiciosa e que as expectativas são imensas. O desenvolvimento do ambiente urbano, o desenvolvimento da base económica / Industrial, o desenvolvimento ambiental / natural e o desenvolvimento do sector do turismo, lazer e recreio. A qualificação do tecido urbano, a integração de zonas de oportunidade, as novas formas de mobilidade, a sustentabilidade ambiental – estrutura ecológica, parques urbanos, a qualidade de vida – acesso a equipamentos e serviços, são preocupações cada vez mais acentuadas e discutidas.

As constantes mudanças que aos poucos vão transformando o território urbano – os novos eixos viários de âmbito regional, o turismo associado ao mercado da segunda habitação e ao turismo temático (Golfe e Hipismo), a localização do Novo Aeroporto de Lisboa, o futuro traçado do TGV, evidenciam o quanto é indesejável que um plano director vincule o crescimento e desenvolvimento do território a um modelo rígido, até porque é impossível prever fenómenos e oportunidades que em muito extravasam as dinâmicas municipais. Assim sendo, é essencial que o actual Plano Director Municipal, mais do que um instrumento de gestão territorial, se constitua como instrumento orientador de estratégias de desenvolvimento. Não se espere encontrar objectividade própria das certezas num plano. Muito menos num Plano Director. O Plano Director é um excelente instrumento de sistematização de ideias e de vontades. Mas não se esgota, nem sequer alcança, um conjunto de soluções mágicas sob a forma de um regulamento, resolvem todos os problemas e modificam todo um território.

2_ PLANO DE ESPERA E PLANOS DE ACÇÃO E OS NOVOS DESAFIOS

Uma das características mais marcantes da primeira geração de planos directores terá sido a do “plano que espera”; espera a dinâmica de concretização vinda do exterior, o que significa a espera pela iniciativa dos promotores privados. Uma atitude passiva e reactiva, que torna o plano quase desnecessário. Esgotam o seu principal sentido quando entendidos como meros instrumentos reguladores da gestão urbanística quotidiana de um município.

Os plano fazem sentido quando enquadrados numa vontade operativa de fazer com que as coisas aconteçam. Constituem o ponto de partida para um conjunto de intervenções sobre o território. E têm de revelar uma capacidade de produzir mudança real.

Cada vez mais, o processo de planeamento exige uma capacidade e uma cultura de intervenção no Território diferente, assumindo-se não como o instrumento do sim e do não, mas como o veículo, a estrutura orientadora da tomada de decisões. Mais do que resolver os problemas, o plano tem o papel de alertar para as consequências positivas e negativas de assumir determinados compromissos. Um plano não é uma peça isolada mas uma parte de um complexo sistema de gestão e de orientação do desenvolvimento do território.

É urgente dar um sentido e uma objectividade prática a estes novos paradigmas do planeamento. É neste campo que a intervenção da Autarquia tem que se fazer em níveis de exigência e de participação mais elevados, consagrando no mesmo patamar de importância do plano e/ou do projecto, a negociação, a mediação e a contratualização, uma vez que na prática são a garantia da sua implementação.

Estas formas de ler, interpretar e intervir no território, pressupõem que se assuma uma nova forma de encarar a gestão municipal, no âmbito do planeamento e do urbanismo.

A gestão do território e do desenvolvimento necessita cada vez mais de ser capaz de dar resposta a novos desafios, para que a sua acção traduza determinação e sentido às acções propostas, expressando a concretização de uma estratégia assumida (que mostre que se sabe o que se quer), e conferindo assim ao plano as qualidades de ser operacional e exequível.

A resposta a este conjunto de desafios na gestão do território e do desenvolvimento exige a adopção de novas e mais exigentes atitudes. A vários níveis como por exemplo:

- **Inovação_** É fundamental ter capacidade de organização em modelos diferentes, técnico e políticos, (criação de um Gabinete de Negociação), bem como o saber desenvolver esforços na procura de parcerias e cooperação intermunicipal e inter-institucional. É, ainda, fundamental apresentar capacidade de liderança e de promoção e concretização de projetos-piloto, exemplares do que se pretende para o território e que envolver e motivar outras intervenções de iniciativa privada. Fazer diferente é o desafio chave na construção do futuro.
- **Capacidade de intervenção_** É essencial revelar capacidade de antecipar acontecimentos e intervenções, compreendendo contextos e dinâmicas, compreendendo os principais actores sobre o território e as suas motivações. Só assim é possível fomentar dinâmicas e fazer “com que as coisas aconteçam”.
- **Abertura à participação e discussão de diferentes perspectivas_** Hoje, cada vez mais, é importante revelar capacidades de compreender e incorporar diferentes leituras das dinâmicas e monitorizar, num processo continuado, a estratégia municipal. Neste aspecto é também fundamental a capacidade de vencer constrangimentos culturais, exercendo uma atitude pró-activa na formação da cidadania e educação para o planeamento;
- **Desenvolvimento de um conhecimento territorial de base_** Ao conhecimento do território, do suporte físico e do modelo de ocupação, é cada vez mais indispensável ferramentas como a cartografia e o cadastro. Mas esse conhecimento só será completo e eficaz se houver capacidade de compreender os contextos e as dinâmicas instaladas e emergentes.
- **Governança e Cidadania, abertas e participadas_** pensar criticamente e participar no processo de construção e de ocupação do território, sempre na perspectiva de entender o modelo e a forma de vida da populações e prosseguir a melhoria das condições de vida da actual e das futuras gerações, cumprindo o compromisso da Agenda Local XXI da qual o Município se tornou aderente,

As palavras-chave que sistematizam as atitudes expostas e que podem e devem sustentar o modelo de gestão seja do território seja do desenvolvimento do município de Benavente são: Negociar – Cooperar – Contractualizar. São atitudes que podem marcar um diferente forma de entender o processo de gestão do desenvolvimento municipal. E essa nova atitude exigida a um Poder Local moderno deve ser balizada pela afirmação de competência nos domínios da

Inovação, da competitividade e da sustentabilidade. De facto, fazer e oferecer o que os outros (municípios ou regiões) não podem ou não conseguem fazer ou oferecer, isto é afirmar a nossa capacidade de diferenciação e a nossa capacidade de sermos competitivos. Obviamente que a afirmação destas competências devem considerar sempre a identidade dos territórios (o que foram, o que são e as especificidades que fazem deles o que são). Só assim é possível promover o desenvolvimento local numa base sustentável e que, acima de tudo, afirma a identidade e a autoestima da população.

3_ FILOSOFIAS PARA A GESTÃO

O PDM de Benavente sugere três ideias base para sustentar o processo de gestão do território e do desenvolvimento:

Ideia 1_ Adopção de um modelo de Gestão Estratégica e Urbanística;

Ideia 2_ A integração da gestão municipal nas políticas metropolitanas;

Ideia 3_ A identificação e desenvolvimento de Intervenções Urgentes.

IDEIA 1 ADOPÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E URBANÍSTICA

O PDM considera três evidências ou preocupações de base:

- Há intervenções que do ponto de vista da concretização da estratégia municipal de desenvolvimento são prioritárias;
- Não basta cumprir os índices e parâmetros urbanísticos contidos no plano para licenciar determinada operação urbanística. É necessário garantir de igual forma, a correcta inserção na unidade urbana envolvente.
- O PDM não é nem o início nem o final do processo de planeamento. Faz parte dele e nele se dilui... e este é contínuo no tempo.

À primeira preocupação a Câmara Municipal responde com a programação e priorização das principais intervenções desejadas para o concelho. Nesse sentido, tudo o que é essencial deve “acontecer” – é o caso do Espaço de Actividade Económica, junto ao nó da A10 em Benavente. Ao plano director compete revelar a vocação estratégica dos sítios e limitar a sua ocupação a um conjunto de indicadores urbanísticos. À Câmara Municipal, compete fazer com que se concretizem, desenhando, intervindo, motivando e mesmo negociando a sua concretização dentro dos parâmetros definidos. É a passagem do plano ao planeamento, da estratégia à acção.

À segunda preocupação responde a Câmara Municipal com um sistema de Gestão Urbanística apoiado fundamentalmente em desenho e em negociação. É evidente que tais formas de acção exigem um processo de gestão diferente. Garantir a correcta inserção na unidade urbana envolvente, assegurada por um esforço de desenho urbano só legitimado se for feito e aprovado a nível municipal.

No fundo o plano director exige o regresso ao desenho da cidade para sustentar cada uma das

intervenções. O desenho é a garantia da estrutura e da coerência. Estes desenhos têm de subordinar-se ao que o PDM determina, mas conferem-lhe maior exigência, estabelecendo uma forma para as quantidades de construção permitidas. Para lhe conferir um poder estratégico, o desenho de determinadas parcelas do território municipal, podem e devem ser aprovados em Sessão de Câmara ou mesmo ser sujeitos a aprovação em Assembleia Municipal. O processo de Planeamento e de Ordenamento deve ter uma base negocial, mais do que o tradicional “Sim ou Não” da gestão urbanística. Os municípios devem exercer as suas capacidades de Negociar, Motivar, Mediar promotores e proprietários. Encontrar as melhores soluções para o “sim” e alternativas para o “não” é um dos desafios.

À terceira preocupação responde a Câmara Municipal com um sistema e acção de Administração do Território apoiados fundamental e previamente em instrumentos de planeamento sectoriais e numa articulação interdepartamental sistemática. Há que garantir o correcto e equilibrado desenvolvimento das redes de equipamentos e espaços públicos bem como as infraestruturas estruturantes em adequada complementaridade e suporte às funções urbanas mais comuns.

Ao ordenamento do território e planeamento director traduzido nos planos sectoriais compete identificar e programar, ao nível estratégico, as redes que estruturam e sustentam funcionalmente o sistema urbano. Tem que haver capacidade técnica para conhecer o território, o cadastro, os agentes e ser capaz de desenhar continuamente o território. Desenho após desenho e só através do desenho de parcelas globais é possível garantir a construção de um território equilibrado e estruturado.

IDEIA 2 A INTEGRAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL NAS POLÍTICAS METROPOLITANAS

Há questões que, independentemente dos planos e estudos que se elaborem, se evidenciam como irresolúveis à escala municipal. A deliberação da revisão do Plano Director Municipal de Benavente foi sustentada por reestruturações funcionais e dinâmicas socio-territoriais emergentes no território municipal, que obrigam a rever as prioridades e rumos de intervenção. Foram apontadas como preocupações a ter em consideração no processo de revisão:

- a) Aceitar a inevitabilidade de reforço das relações de interdependência com a AML e fazer com que essas relações funcionem a favor da valorização das potencialidades específicas do concelho;

- b) Sem prejuízo de reservar à agricultura um papel determinante na base económica do concelho, preparar-se para assumir o papel de área natural de desconcentração industrial

da AML.

c) Promover a valorização das potencialidades para novas formas de turismo e para actividades de recreio e lazer.

d) Ordenar o crescimento de modo a assegurar a preservação do património natural e a qualidade de vida das populações.

As preocupações percorrem um vasto leque de domínios, todos eles concorrentes para uma estratégia de desenvolvimento sustentado e baseado nas potencialidades e mais-valias presentes neste território. A concretização de um cenário de desenvolvimento qualificado obriga à ponderação de acções em domínios complementares e/ou incompatíveis. Por exemplo, uma aposta no desenvolvimento turístico obriga a uma ponderação minuciosa do impacto da localização industrial e de infraestruturas.

São estes claramente os principais problemas do território municipal. Cabe ao plano director identificar os sectores de análise mais significativos e apontar pistas para resoluções possíveis, que como já foi afirmado, de pouco servem à escala do município.

Não são os planos que resolvem os problemas de ordenamento deste tipo, mas políticas sustentadas, coerentes e afirmadas à escala metropolitana.

IDEIA 3 – A IDENTIFICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE INTERVENÇÕES URGENTES

A rede complexa de relações extravasa em grande medida o território municipal, sofrendo influências de espaços mais alargados. A coesão e solidariedade intramunicipal são condições indispensáveis para a afirmação do município como espaço competitivo e catalisador de dinâmicas positivas.

Aferir o modelo de desenvolvimento passa pela reflexão sobre as respostas a questões como:

_ Qual o papel do concelho de Benavente no contexto regional e metropolitano? Como os diferentes actores públicos e privados lêem esta perspectiva?

_ Um modelo de desenvolvimento baseado no potencial endógeno gerado por quatro componentes – urbano, natural/ambiental, industrial e turístico – e que privilegie as identidades locais e a socialização dos espaços?

_ Um modelo de desenvolvimento periurbano ou periférico, dormitório da cidade de Lisboa? Como combater essa eventualidade?

As componentes territoriais mais fortes – âncoras do modelo de desenvolvimento – são, tendo por base o conhecimento do território e a troca de opiniões, possíveis de identificar.

Um plano como o plano director, quando associado à definição clara e assumida de um conjunto de orientações estratégicas para o desenvolvimento, encerra uma Visão Global do Território, integra a compreensão das dinâmicas e dos interesses bem como a forma de lidar com eles, impõe e sistematiza uma estratégia de intervenção política que, deverá reflectir-se no Plano de actividades e no orçamento, mas também em toda a actuação política de gestão do território.

Do lado da Câmara Municipal espera-se uma “atitude positiva” de “fazer com que as coisas aconteçam” e não apenas ficar à espera que sejam os privados a tomar iniciativas.

Um outro nível de actuação reside em provocar a mudança. Assumir intenções claras do que se pretende, e, na realidade de inexistência de terrenos e mesmo de capacidade financeira, ter capacidade de negociação, orientação e gestão territorial. Para tal é urgente incorporar os projectos estruturantes, o seu desenho e a avaliação da capacidade da iniciativa privada para os tornar reais. É o campo do urbanismo negocial, motivador e de um maior protagonismo do município na acção ou na indução da acção. Como exemplo analise-se o grande espaço de actividade económica, junto ao nó da A10 em Benavente. Para que seja concretizado não é possível ficar apenas pelo discurso, como não é possível depender exclusivamente da iniciativa de eventuais promotores. A Câmara Municipal deve dar sinais de prioridade de intervenção e, como tal, estruturar, desenhar a solução e motivar os potenciais promotores a agir.

O que será então necessário modificar para permitir estas formas de abordagem?



Essencialmente uma articulação perfeita entre estes três níveis: Estratégia_Plano_Gestão

Qualquer intervenção estruturante sobre o território deve ser analisada nestes três domínios para

que todos concorram para a concretização do mesmo objectivo. Esta articulação tem de estar presente e integrar o processo de apoio à tomada de decisão:

- a) Na concepção de desenhos urbanos estratégicos para determinadas parcelas do território municipal. Planeamento Informal ou formal;

- b) Na Gestão Urbanística e Estratégica quando informa, negocia ou medeia uma determinada intervenção urbanística.

CAPÍTULO 2_ PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO

[DISPOSIÇÕES INDICATIVAS SOBRE A EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES MUNICIPAIS E OS MEIOS DE FINANCIAMENTO DISPONÍVEIS PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO]

1_ ENQUADRAMENTO

Este capítulo constitui o programa de execução, contendo disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas no plano Director Municipal de Benavente e os meios de financiamento disponíveis para a sua concretização [*alínea c) do ponto 2 do artigo 86º do DL310/03 de 10 de Dezembro – alteração ao DL380/99 de 22 de Setembro, com a nova redacção dada pelo DL 46/2009 de 20 de fevereiro*]. Efectivamente o carácter programático ou a incerteza quanto à objectividade de algumas propostas, a incerteza quanto à realização de alguns investimentos estruturantes torna praticamente impossível a quantificação concreta exigida ao investimento e à participação municipal, para a realização das acções propostas.

Tal situação é igualmente válida para a calendarização da execução das referidas acções, pois a maior parte não depende exclusivamente da vontade e oportunidade da intervenção municipal. Refira-se assim que, mais do que valores concretos, são apresentadas estimativas orientadoras de programas possíveis e que se prevêem instalar.

A execução e financiamento, perfeitamente relacionados entre si, constituem parte integrante do conceito de plano e do processo de planeamento. Nesse sentido, o PDM de Benavente, caracteriza as acções preconizadas, define os agentes envolvidos, estabelece prioridades de execução e considera os custos financeiros previsíveis. Efectivamente a viabilização das acções propostas depende por vezes da capacidade negocial do município e da forma como se assumir uma co-responsabilização entre os diversos agentes envolvidos, seja para a simples abertura de uma rua com perfis que incluam passeios mais largos e arborizados, seja para a concretização de um projecto de maior dimensão. O papel exigido à Câmara Municipal será essencialmente o de “Regulador” de uma distribuição equitativa dos benefícios e dos encargos resultantes do plano, procurando equilibrar a balança entre a despesa pública municipal e o benefício das mais-valias geradas por essas obras.

Como princípios gerais destacam-se:

- _ As propostas devem ser realistas e realizáveis, considerando os meios disponíveis;
- _ O Município deve ser o agente impulsionador das intervenções que revelem algum imobilismo dos agentes envolvidos, incentivando a negociação e a acção;
- _ A gestão urbanística quotidiana deverá ser a “guardiã “ e promotora da qualidade de vida urbana pretendida;
- _ A compreensão e respeito por parte dos agentes, dos cidadãos e da Câmara Municipal são indispensáveis para a defesa dos princípios de qualificação do espaço urbano.

Tratando-se de um plano de ordenamento do território, que assume ainda um considerável grau de incerteza quanto ao tempo de intervenção dos agentes, sabendo das limitações financeiras e da promoção e controle da acção dos agentes por parte da autarquia, este documento encerra essencialmente um carácter indicativo e orientador apesar do esforço em estabelecer custos e prioridades de intervenção. Deve ser salvaguardado desde já que a Câmara Municipal de Benavente (CMB) pode determinar que algumas das intervenções aqui preconizadas como municipais venham a ser desenvolvidas somente por agentes privados. Ou seja, como forma de simplificação optou-se por elencar todas as intervenções propostas para a concretização da proposta do plano, independentemente do grau de intervenção da iniciativa municipal e do seu maior ou menor envolvimento directo.

Tendo em consideração que todas as propostas de intervenção correspondem a áreas de solos privados, a sua promoção e concretização encontra-se directamente relacionada com os tempos e a capacidade de acção de um conjunto de promotores privados e com a capacidade negocial da CMB. À Câmara Municipal, cabe o papel de articular as acções de agentes diferenciados e de, em casos de imobilismo ou fenómenos de especulação fundiária, assumir-se como agente dinamizador e negociador capaz de promover a concretização das intervenções.

Por cada um destes domínios será proposto um quantitativo de área e uma estimativa de investimento necessário. Será também indicado o grau de prioridade e sempre que possível preconizadas as fontes de financiamento e os agentes a envolver preferencialmente. As intervenções e valores propostas constituem a base de referência para o processo de execução do plano e conseqüentemente, um quadro orientador para a estrutura do plano de actividades e orçamento municipal. À Câmara Municipal cabe o papel crítico mediante esta base, podendo

ajustar prioridades e rever intervenções que no momento não tenham sido contempladas.

O Plano Director Municipal é um Instrumento de Gestão territorial que permite ter uma visão global do Concelho, do seu Território e das dinâmicas instaladas ou em curso. Implementar um Plano Director Municipal é um tarefa exigente e com forte carácter político. A Implementação do PDMB pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de acções e de intervenções de iniciativa municipal, sejam estudos, projectos ou políticas.

2_ PROGRAMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

O processo de implementação de um Plano Director Municipal (embora se trate de um plano de zonamento e onde o grau de incerteza e de abstracção é ainda significativo) pode e deve ser enquadrado na definição de um quadro de programação temporal e financeira que garanta a execução das acções de forte iniciativa e participação municipal. Atendendo à natureza e vigência temporal de um Plano Director Municipal reforça-se a ideia que a programação e as estimativas de investimento apresentadas não se traduzem em instrumentos de gestão e de definição orçamental. Antes, constituem instrumentos estratégicos e orientadores para a definição de políticas municipais. Esta circunstância assume importância significativa se nos recordarmos que o horizonte temporal de um Plano Director Municipal pode enquadrar 3 mandatos autárquicos e logo três equipas de gestão com prioridades e formas de actuação também diferentes.

A estratégia de desenvolvimento municipal passa pela afirmação e consolidação de vectores de desenvolvimento como:

- a) A requalificação urbana;
- b) O desenvolvimento do Turismo como factor chave do desenvolvimento;
- c) A afirmação de Pólos Empresariais como factores de criação de crescimento e de emprego;
- d) A qualificação das Redes de infraestruturas e de equipamentos de utilização colectiva como factores favoráveis à criação de boas condições de vida e à coesão social;
- e) A afirmação de uma imagem e de uma identidade que afirme e diferencie Benavente nos contextos regional e nacional.

Nesse sentido, explicita ou implicitamente, a revisão do PDM de Benavente sugere um conjunto de propostas que merecerão a prioridade de investimento municipal na próxima década:

- a) Na área da promoção de espaços empresariais a aposta de investimento será canalizada para a estruturação dos polos empresariais de Benavente, de Coutada Velha e de Samora. Para além das áreas de promoção e iniciativa municipal o plano sugere possibilidade de estabelecimento de parcerias como por exemplo com a Companhia das Lezírias na promoção no Polo empresarial da Murteira;
- b) No domínio do Turismo o município procurará incentivar e articular a acção dos diversos promotores privados. A iniciativa pública será direccionada para a execução de redes de percursos e de sítios com interesse e ainda para a promoção de eventos de dimensão nacional. O desenvolvimento do Projecto da Rede de antigas Quintas e

Herdades é um dos projectos estruturantes de forte cariz turístico ambiental e sustentável.

c) Complementarmente, e no domínio da identidade cultural, serão desenvolvidos os projectos do Museu do Campino (em Samora Correia), da remodelação do Celeiros dos Arcos (para unidade museológica) e da remodelação do Museu Municipal.

d) A nível das redes de infraestruturas o objectivo é atingir a cobertura total ao nível do abastecimento do saneamento básico tal como já acontece com o abastecimento público de água e a recolha de resíduos.

e) A nível da rede viária serão privilegiados os projectos de execução das variantes à EN_118 quer em Benavente quer em Samora, carecendo tais projectos, no entanto, da oportunidade de envolvimento efectivo das Estradas de Portugal. A conservação e manutenção da rede viária existente será sempre uma das prioridades.

f) Outra aposta prioritária será no domínio da requalificação urbana das centralidades de Benavente e de Samora Correia. Aposta essa que será complementada com a requalificação e extensão das respectivas frentes ribeirinhas.

g) Finalmente uma referência para um último conjunto de projectos no domínio da promoção de um envolvimento cívico mais participado e mais intenso.

Obviamente, no actual contextos das autarquias locais, a capacidade de realizar todos os investimentos pensados depende, em larga escala, da capacidade de envolver parceiros e/ou de se garantir o acesso a apoios financeiros comunitários. Do ponto de vista estritamente económico a estratégia do município será sempre sustentada na promoção do ciclo virtuoso que manifeste a preocupação de reduzir e transformar a despesa corrente municipal em despesa de capital.

A Programação da execução das principais propostas do Plano Director Municipal depende da capacidade de realização do município e da capacidade de estabelecer contractualizações para a realização de determinadas intervenções. A compreensão e evolução dos contextos e das dinâmicas constituem factores determinantes. Assim, o maior grau de sucesso ou de insucesso do processo de implementação e de realização do PDM de Benavente dependerá sempre:

- a) Da capacidade e da possibilidade de enquadramento de projectos estruturantes no quadro de apoio financeiro comunitário;
- b) Da capacidade e da oportunidade de envolvimento de parceiros sejam promotores privados sejam institucionais;
- c) Da capacidade e do equilíbrio financeiro do município.

É considerando este grau de “incertezas” que o município programa a execução das principais propostas, explícita ou implicitamente, contidas no plano director municipal. Para a concretização e motivação para a acção, o município considerará para cada intervenção a oportunidade de agir isoladamente ou em parceria com promotores ou instituições:

- a) Elaborando planos de urbanização ou de pormenor para as Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão;
- b) Elaborando e definindo Programas de Acção Territorial que estabeleçam a base de processos de contractualização;
- c) Promovendo a definição de eventuais Unidades de Execução para a promoção de intervenções urbanísticas estratégicas e prioritárias.

No quadro que se apresenta a seguir identificam-se a programação de intervenções estruturantes e que podem sustentar o desenvolvimento de projectos com capacidade de transformar e desenvolver o território municipal. Identificam-se as intervenções de iniciativa e promoção essencialmente municipal e as intervenções de iniciativa e promoção privada embora em articulação com o município.

As intervenções de iniciativa e promoção essencialmente municipal devem merecer uma atitude proactiva por parte do município. Elaborar estudos de base é a prioridade e promover a sua execução imediata é o desafio. Para isso é fundamental dispor de meios financeiros, de capacidade de contractualizar intervenções e de motivar agentes e actores.

O município deve, ainda, procurar promover e contractualizar a execução das intervenções de iniciativa e promoção privada. Neste domínio é importante a capacidade de negociação e de promover o envolvimento de parceiros e de actores.

PROGRAMAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE INICIATIVA ESSENCIALMENTE MUNICIPAL _ PLANOS E ESTUDOS	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025
PLANO DE URBANIZAÇÃO DE BENAVENTE E DE SAMORA CORREIA A ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA, A AFIRMAÇÃO DE UMA IMAGEM ATRACTIVA DOS ESPAÇOS E A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONSTITUEM PRIORIDADES NA INTERVENÇÃO.		ELABORAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DOS “ESPAÇOS TURÍSTICOS” A ESTRUTURAÇÃO, ARTICULAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO TERRITÓRIO QUE ENVOLVE E SE RELACIONA COM OS PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E EDIFICAÇÃO DISPERSA AFECTA A SEGUNDA RESIDÊNCIA.		ELABORAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
REABITAÇÃO URBANA DAS CENTRALIDADES DE BENAVENTE E DE SAMORA CORREIA. A QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO EDIFICADO E DO ESPAÇO PÚBLICO CONSTITUEM PRIORIDADES NA INTERVENÇÃO.		ELABORAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA DAS FRENTES RIBEIRNHAS DE BENAVENTE E DE SAMORA CORREIA VALORIZAÇÃO DAS FRENTES RIBEIRNHAS E FRUIÇÃO E VIVÊNCIA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONTACTO COM AS CENTRALIDADES PRINCIPAIS DO CONCELHO.		ELABORAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
PROJECTO PARQUE DESPORTIVO E DE LAZER _CAMARINHAIS CRIAÇÃO DE UM PÓLO DE RECREIO E DE LAZER QUE OFEREÇA OPORTUNIDADES DE VIVÊNCIA, DE ENCONTRO E DE SOCIABILIDADE URBANAS.		PROJECTO	EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DOS POLOS I E II DE BENAVENTE DESENVOLVIMENTO DE POLOS EMPRESARIAIS APOIADOS NO NÓ DA A_10 E NAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE EXCELÊNCIA.		ELABORAÇÃO	EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DOS POLOS III E IV DE COUTADA VELHA DESENVOLVIMENTO DE POLOS EMPRESARIAIS CAPAZES DE POTENCIAR AS DINÂMICAS EMPRESARIAIS EXISTENTES.		ELABORAÇÃO	EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO FOROS DE ALMADA ESTRUTURAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DOS FOROS		ELABORAÇÃO	EXECUÇÃO

PROGRAMAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE INICIATIVA PRIVADA EMBORA COM POSSÍVEL ARTICULAÇÃO COM O MUNICÍPIO	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025
PROJECTO GERIÁTRICO RARET INICIATIVA E PROMOÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA	ELABORAÇÃO		EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DO POLO IV DA MURTEIRA ESPAÇO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA DE INICIATIVA E PROMOÇÃO DA COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	ELABORAÇÃO		EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO POLO VII – S. ESTEVÃO INSTALAÇÃO DE UM POLO UNIVERSITÁRIO	ELABORAÇÃO		EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA HERDADE DO TREJOITO EMPREENHIMENTO DE VOCAÇÃO TURÍSTICA DE INICIATIVA E PROMOÇÃO PRIVADA	ELABORAÇÃO		EXECUÇÃO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MATA DO DUQUE EMPREENHIMENTO DE VOCAÇÃO TURÍSTICA DE INICIATIVA E PROMOÇÃO PRIVADA	PROJECTO		EXECUÇÃO
EMPREENHIMENTO DO INFANTADO LOTEAMENTO COM ALVARÁ QUE AGUARDA EXECUÇÃO	EXECUÇÃO		

CAPÍTULO 3_ QUADRO INDICATIVO DE EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO

Nos pontos seguintes sistematizam-se os principais domínios de intervenção do PDM de Benavente considerando:

- _ A programação temporal prevista ou recomendada para a sua execução;
- _ A iniciativa da Promoção;
- _ As fontes de financiamento;
- _ A estimativa do custo da realização da acção

Consideram-se os seguintes **domínios temáticos**:

- 1_ Infraestruturas
- 2_ Equipamentos e Associativismo
- 3_ Rede Viária
- 4_ Reabilitação Urbana e Espaço Público
- 5_ Turismo e Lazer
- 6_ Governância e Cidadania
- 7_ Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão e Estudos Urbanísticos

1_ INFRAESTRUTURAS

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

Os serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento Básico são prestados no âmbito das “Águas do Ribatejo S.A.

O município de Benavente apresenta taxas de cobertura no Abastecimento de Água e na Recolha de Resíduos praticamente totais (100%). A nível de Saneamento Básico a cobertura é de cerca de 99% (se considerarmos as situações em que dispõem de soluções autónomas). Do Saneamento Básico cerca de 65% é já hoje canalizado para ETAR.

No horizonte do Plano Director Municipal prevê-se no âmbito das Águas do Ribatejo S.A. a execução de projectos estruturantes de remodelação, modernização e reforço das Redes públicas de infraestruturas.

INFRAESTRUTURAS	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
ÁGUA	REMODELAÇÃO E MODERNIZAÇÃO			MUNICÍPIO / ÁGUAS DO RIBATEJO	MÁXIMA	[1]
SANEAMENTO	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO			MUNICÍPIO / ÁGUAS DO RIBATEJO	MÁXIMA	[1]
RECOLHA RESÍDUOS	MANUTENÇÃO E MELHORIA			MUNICÍPIO	MÁXIMA	150.000€ [2]
PROJECTOS ESTRUTURANTES						
PROJECTO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS PÚBLICO MUNICIPAIS	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/QCA	MÁXIMA	50.000 € [3]
<p>[1] O NÍVEL DO INVESTIMENTO É DETERMINADO NO SEIO DAS ÁGUAS DO RIBATEJO</p> <p>[2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL</p> <p>[3] VALORES RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS. OS CUSTOS DE EXECUÇÃO DA OBRA SERÃO DETERMINADOS EM SEDE DE PROJECTO</p>						

2_ EQUIPAMENTOS E ASSOCIATIVISMO

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

O município de Benavente encontra-se consideravelmente bem servido a nível de equipamentos de utilização colectiva. No domínio da Educação as intervenções e os investimentos decorrem da implementação da Carta Educativa.

No domínio da Cultura não se perspectiva a execução de mais equipamentos sendo a principal aposta a manutenção e dinamização dos existentes.

Nos domínios dos equipamentos sociais o Plano Director Municipal prevê a possibilidade de uma intervenção nos antigos terrenos da RARET embora a iniciativa seja da inteira responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia.

No domínio do desporto as principais intervenções incidem no apoio às coletividades existentes. Há no entanto uma aposta na execução de unidades museológicas de forte cariz identitário que complementem e reforcem a oferta de sítios com interesse para o turismo.

EQUIPAMENTOS, CULTURA E ASSOCIATIVISMO	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
IMPLEMENTAÇÃO CARTA EDUCATIVA	REMODELAÇÃO E MODERNIZAÇÃO			MUNICÍPIO	MÉDIA	[4]
PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS	ESTUDO	IMPLEMENTAÇÃO		MUNICÍPIO	MÁXIMA	150.000€ [2]
APOIO AO ASSOCIATIVISMO	MANUTENÇÃO			MUNICÍPIO	MÉDIA	100.000€ [2]
PROJECTOS ESTRUTURANTES						
PROJECTO GERIÁTRICO RARET	PROJECTO	EXECUÇÃO		MISERICÓRDIA	MÉDIA	[5]
UNIVERSIDADE S. ESTEVÃO	PROJECTO	EXECUÇÃO		...	MÉDIA	[5]
MUSEU DO CAMPINO	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
CELEIRO DOS ARCOS (UNID. MUSEOLÓGICA)	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
REMODELAÇÃO MUSEU MUNICIPAL	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
ARQUIVO MUNICIPAL	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
<p>[2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL</p> <p>[3] VALORES RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS. OS CUSTOS DE EXECUÇÃO DA OBRA SERÃO DETERMINADOS EM SEDE DE PROJECTO</p> <p>[4] DE ACORDO COM O ESTIMADO NA CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL</p> <p>[5] PROJECTOS E EXECUÇÃO DA OBRA DA RESPONSABILIDADE DOS PROMOTORES. NÃO HÁ INVESTIMENTO MUNICIPAL.</p>						

3_ REDE VIÁRIA

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

A aposta de investimento municipal na rede viária incide, essencialmente, na conservação e manutenção da rede viária existente. Existem, no entanto, projectos estruturantes que envolvem outras fontes de financiamento. Por exemplo as variantes à EN_118 apenas serão exequíveis se forem participadas ao nível do projecto e dos custos de execução pelas estradas de Portugal. As circulares internas serão executadas no âmbito de operações de urbanização e, portanto, com o envolvimento dos proprietários / promotores.

REDE VIÁRIA	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
CONSERVAÇÃO/ MANUTENÇÃO_ REDE VIÁRIA	MANUTENÇÃO			MUNICÍPIO	MÉDIA	250.000€ [2]
VARIANTE A BENAVENTE (EN_118)	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO / EP	MÉDIA	[6]
CIRCULAR INTERNA_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/PRIVADOS	MÁXIMA	[7]
CIRCULAR SUL_ SAMORA (VARIANTE E_118)	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/PRIVADOS	MÁXIMA	[6]
CIRCULAR INTERNA_ SAMORA	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/PRIVADOS	MÁXIMA	[7]
<p>[2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL</p> <p>[6] VALOR A DETERMINAR NO PROJECTO . DEPENDE DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA EP NA RESPONSABILIDADE DE EXECUÇÃO DA OBRA.</p> <p>[7] A EXECUÇÃO DESTAS VIAS DECORRERÁ DE ACÇÕES DE URBANIZAÇÃO E DE EVENTUAL CONTRACTUALIZAÇÃO ENTRE A CMB E OS PROMOTORES.</p>						

4_ REABILITAÇÃO URBANA E ESPAÇO PÚBLICOS

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

Os núcleos antigos e as frentes ribeirinhas de Benavente e de Samora Correia constituem elementos a valorizar e a qualificar no domínio da requalificação urbana. A opção e a aposta de qualificação urbana e ambiental das principais centralidades do município dependerão, para além da capacidade de investimento municipal, da oportunidade e do acesso a meios financeiros de apoio.

Os espaços públicos são factores de atracção e de valorização do território porque enquadram o tecido urbano envolvente e porque proporcionam condições e lugares de encontro e de sociabilidade.

REABILITAÇÃO URBANA E ESPAÇOS PÚBLICOS	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
REABILITAÇÃO URBANA _ CENTRALIDADE_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO /QCA		75.000€ [3]
REABILITAÇÃO URBANA _ CENTRALIDADE_ SAMORA	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO /QCA		75.000€ [3]
FRENTE RIBEIRINHA BENAVENTE	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO	MÉDIA	50.000€ [3]
FRENTE RIBEIRINHA SAMORA	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO	MÉDIA	50.000€ [3]
QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS	QUALIFICAÇÃO			MUNICÍPIO/ JFREG.	MÁXIMA	100.000€ [2]
[2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL						
[3] VALORES RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS. OS CUSTOS DE EXECUÇÃO DA OBRA SERÃO DETERMINADOS EM SEDE DE PROJECTO						

5_ TURISMO E LAZER

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

Um dos principais objectivos do PDM de Benavente é o de promover um território que afirme e proporcione excelentes condições para o recreio e o lazer. Os empreendimentos já existentes, o nível de dimensão do fenómeno da segunda residência em lote de dimensão próxima de um hectare, as actividades equestres e de forte relação com o território e o mundo rural, as especificidades biofísicas associadas à RNET, ao Sorraia, aos Paúis e à paisagem da lezíria conferem a Benavente excelentes potencialidades de desenvolvimento do Turismo numa perspectiva ambiental e de forte relação com a natureza e o quadro de recursos naturais e patrimoniais. A proximidade e a progressiva integração na AML reforçam e afirmam essa potencialidade.

TURISMO, RECREIO E LAZER	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
REDE CICLÁVEL BENAVENTE	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO	MÉDIA	75.000€ [3]
REDE DE PERCURSOS_ QUINTAS E HERDADES	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO	MÉDIA	75.000€ [3]
REALIZAÇÃO DE EVENTOS	EXECUÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	100.000€ [2]
DIVULGAÇÃO E MARKETING	EXECUÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	75.000€ [2]
[2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL						
[3] VALORES RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS. OS CUSTOS DE EXECUÇÃO DA OBRA SERÃO DETERMINADOS EM SEDE DE PROJECTO						

6_ GOVERNANÇA E CIDADANIA

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

Benavente quer-se afirmar como um município aberto e participado. O SIG constitui uma excelente ferramenta para disponibilizar informação mas o desenvolvimento de projectos e de acções que promovam o envolvimento e a participação cívica são factores chave. A adopção de práticas como o orçamento participativo constituem um exemplo do desafio a uma participação mais aberta e envolvida com a vida e o quotidiano de Benavente.

GOVERNANÇA E CIDADANIA	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
SIG_BENAVENTE	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO / QREN	MÉDIA	100.000€ [2]
PROGRAMA ENVOLVIMENTO CÍVICO	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO	MÉDIA	50.000€ [2]
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	IMPLEMENTAÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	25.000€ [2]
[2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL						

7_ UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E DE GESTÃO

PRINCIPAIS LINHAS E OPÇÕES DE POLÍTICA MUNICIPAL

As unidades Operativas de Planeamento e de Gestão visam promover o desenvolver de estudos de planeamento ed e ordenamento do território para a posterior execução de projectos específicos. O desenvolvimento destas áreas visa a estruturação e infraestrutução destas parcelas do território. Algumas UOPG's são de iniciativa e promoção de promotores privados cabendo ao município a articulação com a acção pública e assim garantir o equilíbrio e o enquadramento das intervenções no suporte biofísico e no modelo de ocupação defendido e expresso na estratégia de desenvolvimento municipal

UOPG's e ESTUDOS URBANÍSTICOS	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
UOPG1_ PARQUE DESPORTIVO E DE LAZER _CAMARINHAI	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÁXIMA	75.000€ [2]
UOPG2_ POLO I_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÁXIMA	75.000€ [2]
UOPG3_ POLO II_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÁXIMA	75.000€ [2]
UOPG4_ POLO III_ COUTADA VELHA		PROJECTO	EXECUÇÃO	MUNICÍPIO / QREN	MÉDIA	75.000€ [2]
UOPG5_ POLO IV_ COUTADA VELHA		PROJECTO	EXECUÇÃO	MUNICÍPIO / QREN	MÉDIA	75.000€ [2]
UOPG6_ RARET	PROJECTO	EXECUÇÃO		SC_ MISERICÓRDIA	MÉDIA	-
UOPG7_ POLO V_ MURTEIRA	PROJECTO	EXECUÇÃO		COMP. LEZÍRIAS	MÁXIMA	-
UOPG8_ FOROS ALMADA	PROJECTO		EXECUÇÃO	MUNICÍPIO	FRACA	75.000€ [2]
UOPG9_ POLO VII_ SANTO ESTEVÃO	PROJECTO		EXECUÇÃO	PRIVADA	FRACA	-
UOPG10_ HERDADE TREJOITO	PROJECTO		EXECUÇÃO	PRIVADA	FRACA	-
UOPG11_ MATA DO DUQUE	PROJECTO		EXECUÇÃO	PRIVADA	FRACA	-
UOPG12_ VIII_ INFANTADO		IMPLEMENTAÇÃO		PRIVADA	MÉDIA	-
PLANO DE URBANIZAÇÃO DE BENAVENTE	ELABORAÇÃO					100.000€ [2]
PLANO DE URBANIZAÇÃO DE SAMORA	ELABORAÇÃO					100.000€ [2]
PLANO DE ESTRUTURA_ ESPAÇO TURÍSTICOS		ELABORAÇÃO				100.000€ [2]
[2] VALORES RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS. OS CUSTOS DE EXECUÇÃO DA OBRA SERÃO DETERMINADOS EM SEDE DE PROJECTO						

8_ SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES PROGRAMADAS

No quadro seguinte sistematiza-se e sintetiza-se a programação temporal, a fonte de financiamento, a prioridade e a estimativa de investimento público municipal a afectar a cada acções /intervenção programada. Estima-se, assim, que o processo de implementação do PDM de Benavente implicará a necessidade de prever no horizonte temporal até 2025 um investimento público na ordem de 1.525.000€ para a realização de estudos, planos e projectos e um investimento na ordem dos 1.000.000€ anuais para recolha de resíduos, conservação rede viária, apoio ao associativismo e promoção de outros projectos e acções de carácter anual. Estes valores constituem apenas estimativas de referência. Dependem do envolvimento de parceiros ou da contractualização com promotores ou instituições ou, ainda, do acesso a apoios financeiros comunitários. Este volume de investimento corresponde à necessidade de se promover o processo de implementação do PDM e dele e dos respectivos projectos de execução a serem desenvolvidos decorrerão, necessariamente, outras necessidade de investimento para aquisição de terrenos, eventuais expropriações, realização e execução de infraestruturas e de obras.

NO QUADRO QUE A SEGUIR SE APRESENTA DEVE CONSIDERAR-SE AS SEGUINTE **NOTAS**

- [1] O NÍVEL DO INVESTIMENTO É DETERMINADO NO SEIO DAS ÁGUAS DO RIBATEJO
- [2] VALOR DE REFERÊNCIA PARA APOIO ANUAL
- [3] VALORES RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS. OS CUSTOS DE EXECUÇÃO DA OBRA SERÃO DETERMINADOS EM SEDE DE PROJECTO
- [4] DE ACORDO COM O ESTIMADO NA CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL
- [5] PROJECTOS E EXECUÇÃO DA OBRA DA RESPONSABILIDADE DOS PROMOTORES. NÃO HÁ INVESTIMENTO MUNICIPAL.
- [6] VALOR A DETERMINAR NO PROJECTO . DEPENDE DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA EP NA RESPONSABILIDADE DE EXECUÇÃO DA OBRA.
- [7] A EXECUÇÃO DESTAS VIAS DECORRERÁ DE ACÇÕES DE URBANIZAÇÃO E DE EVENTUAL CONTRACTUALIZAÇÃO ENTRE A CMB E OS PROMOTORES.

PROGRAMADAS_ SÍNTese	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
INFRAESTRUTURAS						
ÁGUA	REMODELAÇÃO E MODERNIZAÇÃO			ÁGUAS DO RIBATEJO	MÁXIMA	[1]
SANEAMENTO	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO			ÁGUAS DO RIBATEJO	MÁXIMA	[1]
RECOLHA RESÍDUOS	MANUTENÇÃO E MELHORIA			MUNICÍPIO	MÁXIMA	150.000€ [2]
PROJECTO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS PÚBLICO MUNICIPAIS	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/QCA	MÁXIMA	50.000 € [3]
EQUIPAMENTOS, CULTURA E ASSOCIATIVISMO						
IMPLEMENTAÇÃO CARTA EDUCATIVA	REMODELAÇÃO E MODERNIZAÇÃO			MUNICÍPIO	MÉDIA	[4]
PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS	ESTUDO	IMPLEMENTAÇÃO		MUNICÍPIO	MÁXIMA	150.000€ [2]
APOIO AO ASSOCIATIVISMO	MANUTENÇÃO			MUNICÍPIO	MÉDIA	100.000€ [2]
PROJECTO GERIÁTRICO RARET	PROJECTO	EXECUÇÃO		MISERICÓRDIA	MÉDIA	[5]
UNIVERSIDADE S. ESTEVÃO	PROJECTO	EXECUÇÃO		...	MÉDIA	[5]
MUSEU DO CAMPINO	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
CELEIRO DOS ARCOS (UNID. MUSEOLÓGICA)	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
REMODELAÇÃO MUSEU MUNICIPAL	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
ARQUIVO MUNICIPAL	PROJECTO	EXECUÇÃO			MÁXIMA	50.000€ [3]
REDE VIÁRIA						
CONSERVAÇÃO/ MANUTENÇÃO_ REDE VIÁRIA	MANUTENÇÃO			MUNICÍPIO	MÉDIA	250.000€ [2]
VARIANTE A BENAVENTE (EN_118)	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / EP	MÉDIA	[6]
CIRCULAR INTERNA_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/PRIVADOS	MÁXIMA	[7]
CIRCULAR SUL_ SAMORA (VARIANTE E_118)	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/PRIVADOS	MÁXIMA	[6]
CIRCULAR INTERNA_ SAMORA	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO/PRIVADOS	MÁXIMA	[7]
REABILITAÇÃO URBANA E ESPAÇOS PÚBLICOS						
REABILITAÇÃO URBANA_ CENTRALIDADE_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO /QCA		75.000€ [3]
REABILITAÇÃO URBANA_ CENTRALIDADE_ SAMORA	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO /QCA		75.000€ [3]
FRENTE RIBEIRINHA BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO	MÉDIA	50.000€ [3]
FRENTE RIBEIRINHA SAMORA	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO	MÉDIA	50.000€ [3]
QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS	QUALIFICAÇÃO			MUNICÍPIO/ JFREG.	MÁXIMA	100.000€ [2]

PROGRAMADAS_ SÍNTESE	2014 - 2017	2018 - 2021	2022 - 2025	FONTE FINANCIAMENTO	PRIORIDADE	MONTANTES DE INVESTI. PÚBLICO
TURISMO, RECREIO E LAZER						
REDE CICLÁVEL BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO	MÉDIA	100.000€ [3]
REDE DE PERCURSOS_ QUINTAS E HERDADES	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO	MÉDIA	75.000€ [3]
REALIZAÇÃO DE EVENTOS	EXECUÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	100.000€ [2]
DIVULGAÇÃO E MARKETING	EXECUÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	75.000€ [2]
GOVERNANÇA E CIDADANIA						
SIG_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÉDIA	100.000€ [2]
PROGRAMA ENVOLVIMENTO CÍVICO	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO	MÉDIA	75.000€ [2]
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	IMPLEMENTAÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	25.000€ [2]
UOPG 1_						
UOPG1_ PARQUE DESPORTIVO E DE LAZER _CAMARINHAI	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÁXIMA	75.000€ [2]
UOPG2_ POLO I_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÁXIMA	75.000€ [2]
UOPG3_ POLO II_ BENAVENTE	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO / QREN	MÁXIMA	75.000€ [2]
UOPG4_ POLO III_ COUTADA VELHA		PROJECTO	EXECUÇÃO	MUNICÍPIO / QREN	MÉDIA	75.000€ [2]
UOPG5_ POLO IV_ COUTADA VELHA		PROJECTO	EXECUÇÃO	MUNICÍPIO / QREN	MÉDIA	75.000€ [2]
UOPG6_ RARET	PROJECTO	EXECUÇÃO		SC_ MISERICÓRDIA	MÉDIA	-
UOPG7_ POLO V_ MURTEIRA	PROJECTO	EXECUÇÃO		COMP. LEZÍRIAS	MÁXIMA	-
UOPG8_ FOROS ALMADA	PROJECTO	EXECUÇÃO		MUNICÍPIO	FRACA	75.000€ [2]
UOPG9_ POLO VII_ SANTO ESTEVÃO	PROJECTO	EXECUÇÃO		PRIVADA	FRACA	-
UOPG10_ HERDADE TREJOITO	PROJECTO	EXECUÇÃO		PRIVADA	FRACA	-
UOPG11_ MATA DO DUQUE	PROJECTO	EXECUÇÃO		PRIVADA	FRACA	-
UOPG12_ VIII_ INFANTADO	IMPLEMENTAÇÃO			PRIVADA	MÉDIA	-
PLANO DE URBANIZAÇÃO DE BENAVENTE	ELABORAÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	100.000€ [2]
PLANO DE URBANIZAÇÃO DE SAMORA	ELABORAÇÃO			MUNICÍPIO	MÁXIMA	100.000€ [2]
PLANO DE ESTRUTURA_ ESPAÇO TURÍSTICOS		ELABORAÇÃO		MUNICÍPIO	MÉDIA	100.000€ [2]

Benavente, 5 de Maio de 2014



RELATÓRIO 3